

SAÚDE MENTAL

Desafios da Prevenção, Diagnóstico, Tratamento
e Cuidado na Sociedade Moderna

Edição XXVII

Capítulo 13

INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS EM CRIANÇAS NO BRASIL: FOCO NO RIO GRANDE DO SUL (2020-2024)

FERNANDA ESTRELLA¹
ADRIANA FÁTIMA MARCON¹
ANA CAROLINA RIBEIRO SAMPAIO¹
ANA CAROLINE DE SOUZA KEPPEL¹
ANA LUIZA RAUPP DE ANDRADE¹
BRUNA LEMOS MEROTTO¹
DANIELLE ROSA SCHMITZ CUNHA¹
DÉBORA LORENZONI PIRES¹
JULIA LOPES BOMBANA¹
JULIANA COUTO ATAYDES¹
LAIS RIEGEL BRECHNER¹
LUIZA HELENA OSDEBERG KLYMUS¹
ROSELI WILHNER SIQUEIRA¹
TACIELE ALICE VARGAS FERREIRA¹
VINICIUS MAIOLLI SIGNORI¹

¹Discente - Acadêmica em Medicina Ulbra Canoas.

Palavras-Chave: Rio Grande do Sul; Internações Psiquiátricas; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O impacto das experiências adversas na infância tem sido cada vez mais reconhecido no âmbito da saúde mental e vem se consolidando como uma das principais preocupações das políticas públicas de saúde no século XXI. O reconhecimento de que experiências psicológicas adversas nessa fase da vida repercutem de maneira profunda sobre o desenvolvimento cognitivo, emocional e social tem ampliado o interesse por estratégias de prevenção e cuidado precoce. Fatores como pobreza, violência doméstica, negligência, abuso e dificuldades no ambiente escolar configuram-se como importantes determinantes sociais da saúde mental, exigindo ações intersetoriais e contínuas. A infância, fase de formação das bases emocionais e comportamentais, demanda atenção específica para que se promova o bem-estar e se previnam desfechos graves, como o adoecimento psíquico e a exclusão social (BRASIL, 2019; WHO, 2021).

No contexto brasileiro, a organização da atenção em saúde mental passou por transformações significativas nas últimas décadas, especialmente após a Reforma Psiquiátrica e a implementação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa rede tem como princípio a substituição progressiva do modelo hospitalocêntrico por um sistema comunitário e territorializado de cuidado, que valoriza a convivência social e familiar. No entanto, apesar dos avanços, as internações psiquiátricas ainda se mostram necessárias em situações de crise grave, quando há risco à integridade física do paciente ou impossibilidade de manejo em serviços comunitários (AMARANTE & NUNES, 2018).

Embora o Brasil tenha avançado na organização da atenção à saúde mental com a Reforma

Psiquiátrica e a criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ainda existem desafios persistentes na política pública atual para equilibrar a oferta de cuidados comunitários com a disponibilidade de leitos especializados, garantindo acesso equitativo e continuidade terapêutica após a alta. Dados nacionais indicam que, embora a prevalência dos transtornos mentais em crianças e adolescentes esteja em ascensão, a oferta de serviços especializados não acompanha essa demanda. A desigualdade regional e racial, o déficit de equipes multiprofissionais e a concentração dos serviços em áreas urbanas agravam o cenário, evidenciando fragilidades estruturais do sistema (AMARANTE & NUNES, 2018; LOPES *et al.*, 2016).

Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar o perfil das internações psiquiátricas em crianças de 1 a 14 anos no Brasil entre 2020 e 2024, com ênfase no estado do Rio Grande do Sul, avaliando os desafios enfrentados e a disponibilidade de serviços de saúde mental voltados a essa população. Busca-se, com isso, contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e para o aprimoramento das estratégias de atenção integral à saúde mental infantil, contribuindo para uma rede de cuidado mais equitativa e eficiente.

MÉTODO

Trata-se de um estudo observacional, transversal, descritivo e de abordagem quantitativa, baseado na análise de dados secundários provenientes do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), vinculado ao Ministério da Saúde. A pesquisa focou na análise das internações psiquiátricas em crianças de 1 a 14 anos no Brasil, com ênfase no estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2020 e 2024. Foram incluídos os registros de internações hospitalares com causa

classificada no capítulo V da Classificação Internacional de Doenças - 10ª Revisão (CID-10), que corresponde aos transtornos mentais e comportamentais.

Em relação às variáveis territoriais, a análise foi desenvolvida em quatro etapas: primeiramente, avaliou-se o cenário nacional das internações psiquiátricas infantis. Em seguida, compararam-se as regiões do país. Posteriormente, o foco concentrou-se no estado do Rio Grande do Sul e, depois, nas suas macrorregiões, o que permitiu identificar desigualdades internas na distribuição dos casos. As demais variáveis, como faixa etária, sexo, diagnóstico principal e caráter de atendimento (urgência ou eletivo), foram analisadas especificamente para o Rio Grande do Sul, por representarem o foco central deste estudo.

Os dados foram exportados do DATASUS para planilha eletrônica para análise. As variáveis categóricas foram expressas em frequências absolutas e relativas, apresentadas por meio de tabelas e gráficos. Complementarmente, foram consultadas bases de dados científicas e fontes oficiais, como SciELO e o Ministério da Saúde, além de informações de entidades científicas, incluindo a Sociedade Brasileira de Pediatria e a *American Psychiatric Association*. Essa estratégia metodológica possibilitou integrar informações epidemiológicas e evidências científicas, oferecendo uma visão crítica e abrangente sobre a disponibilidade de serviços de saúde mental infantil no Brasil.

A escolha de abordar as internações psiquiátricas em crianças de 1 a 14 anos no Brasil, com foco no estado do Rio Grande do Sul, justifica-se pela escassez de estudos nacionais que tratem especificamente da saúde mental infantil em contextos hospitalares. Apesar dos avanços promovidos pela Reforma Psiquiátrica e pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a literatura ainda evidencia lacunas significativas no

conhecimento sobre os perfis clínico-epidemiológicos dessa população. A compreensão desses padrões é essencial para subsidiar políticas públicas que ampliem a oferta de serviços comunitários e especializados, reduzam internações evitáveis e promovam o cuidado integral e humanizado às crianças. Ademais, o crescente interesse científico e social sobre o tema, especialmente diante dos impactos recentes de crises sanitárias e sociais, reforça a importância de aprofundar o debate sobre a infância como fase prioritária de intervenção em saúde mental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os anos de 2020 e 2024, observou-se uma tendência crescente nas internações psiquiátricas de crianças de 1 a 14 anos no Brasil (**Gráfico 13.1**), com variações regionais marcantes. De acordo com dados do Ministério da Saúde e de análises recentes sobre saúde mental infantojuvenil, esse aumento está fortemente associado a fatores como a pandemia de COVID-19, o agravamento das desigualdades socioeconômicas e a insuficiência de serviços comunitários especializados (BRASIL, 2019; WHO, 2021). Tais condições favorecem o aumento de sintomas de ansiedade, depressão e comportamento autolesivo em crianças, o que, por sua vez, leva a uma maior demanda por internações hospitalares.

Ao analisar a distribuição regional destas internações, identificaram-se 26.286 registros no período estudado referente ao público-alvo da pesquisa. As regiões Sul e Sudeste concentraram a maior parte dos casos, representando 39,6% e 31% respectivamente (DATASUS), o que reflete tanto a maior disponibilidade de leitos quanto a capacidade ampliada de registro e notificação de casos (BRASIL, 2019). Por outro lado, as regiões Norte (4%) e Nordeste (14,8%) apresentaram os menores índices de internação (DATASUS), o que não necessariamente reflete menor prevalência de transtornos

mentais, mas possivelmente de acesso aos serviços especializados e subnotificação, fenômeno já documentado em estudos epidemiológicos brasileiros sobre saúde mental infantojuvenil (**Gráfico 13.2**) (LOPES *et al.*, 2016).

Gráfico 13.1 Internações Pediátricas no Brasil no período de 2014-2024

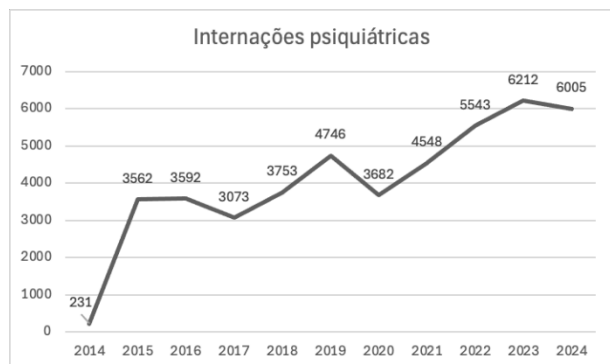


Gráfico 13.2 Distribuição das Internações Psiquiátricas Pediátricas nas Regiões do Brasil no período de 2020-2024

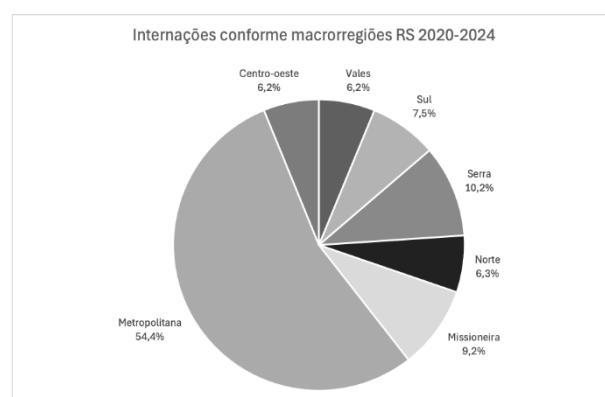


Ao considerar os estados da Região Sul Brasileira (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), foram registradas 10.409 internações psiquiátricas no período analisado. O Rio Grande do Sul apresentou o maior número absoluto dos casos: totalizando 5.662 internações por transtornos mentais e comportamentais, correspondendo a 54,4% do total da região (DATA-SUS).

As internações ocorreram predominantemente em municípios de médio e de grande porte, especialmente na região metropolitana de Porto Alegre, onde há maior concentração de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

(CAPSi) e de hospitais de referência (BRASIL, 2019), representando 54,4% do total das internações quando comparado entre as sete macrorregiões em que o Estado está dividido (DATA-SUS), conforme gráfico 03. Essa distribuição desigual reflete a fragilidade da regionalização da atenção à saúde mental, com carência de serviços no interior e em áreas de fronteira (**Gráfico 13.3**) (MACEDO, 2018).

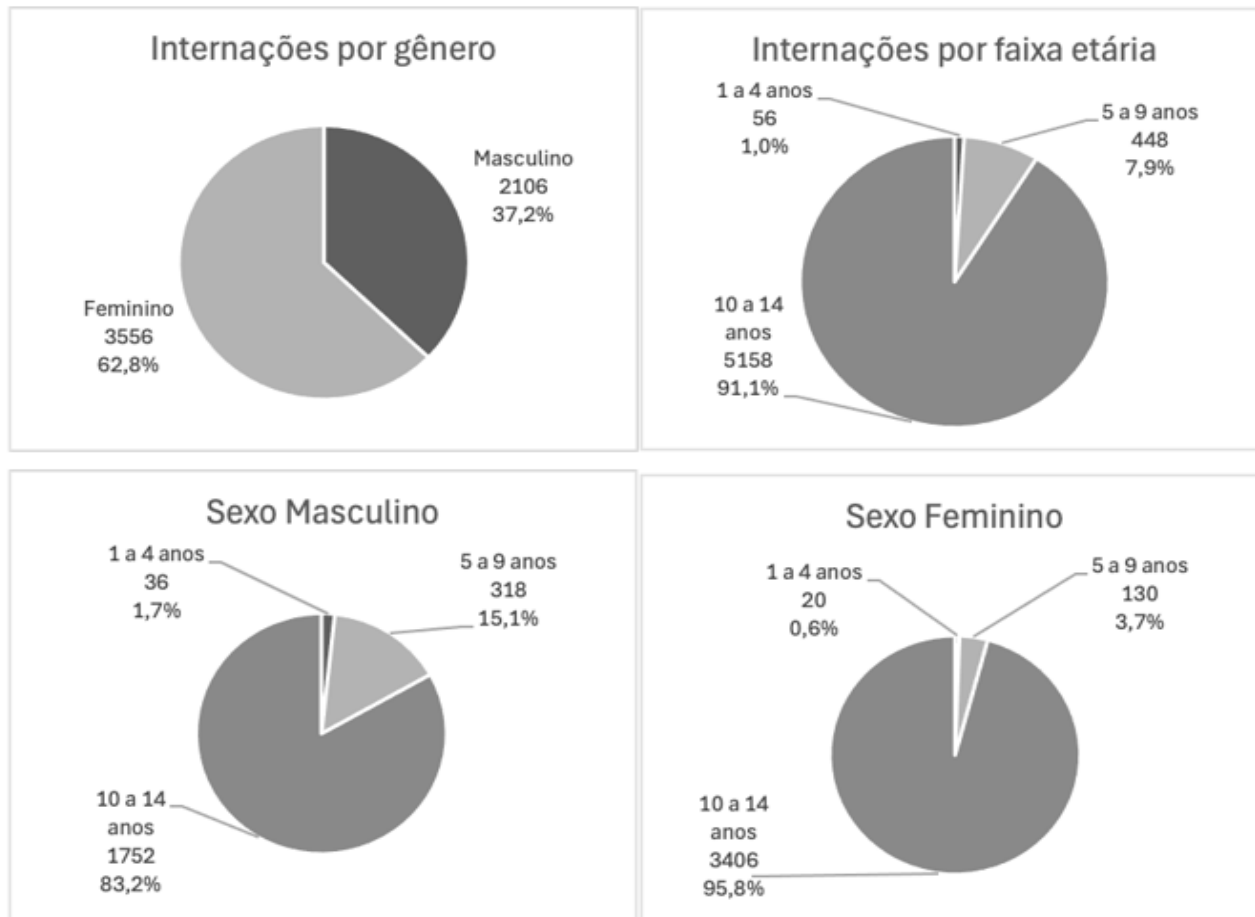
Gráfico 13.3 Internações Psiquiátricas Pediátricas no RS dividido nas macrorregiões no período de 2020-2024



Em relação às faixas etárias analisadas, foram considerados três intervalos: de 1 a 4 anos, de 5 a 9 anos e de 10 a 14 anos. Nesta variável, observou-se que a faixa etária de maior prevalência de internações foi a de 10 a 14 anos, representando 91,1% do total.

Quanto ao gênero, observou-se uma prevalência maior do sexo feminino (62,8%) nas internações psiquiátricas, em comparação ao sexo masculino (37,2%). Ao analisar por faixas etárias, foi maior a prevalência do sexo feminino na faixa de 10 a 14 anos, sendo esta uma fase de intensas transformações emocionais e sociais, o que reforça a necessidade de estratégias de prevenção e de acompanhamento contínuo nos serviços de saúde (BMS IFMSA BRASIL, 2023; SBP, 2022). Verificou-se, em contrapartida, uma prevalência maior do sexo masculino nas faixas etárias de 1 a 4 e de 5 a 9 anos (**Gráfico 13.4**).

Gráfico 13.4 Distribuição das internações pelo sexo e faixa etária

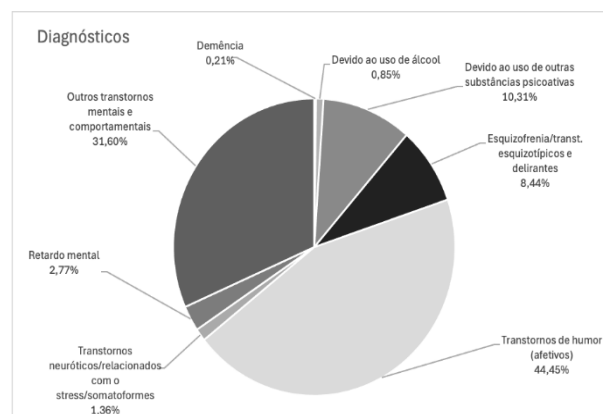


A análise dos diagnósticos associados a essas internações evidencia que transtornos de humor afetivo representam uma parcela expressiva das internações psiquiátricas infantis, correspondendo a 44,5% do total dos casos. Em seguida, destaca-se os transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas (10,3%) e os quadros esquizofrênicos e delirantes (8,4%) (**Gráfico 13.5**).

Segundo o DSM-5 (2022), os transtornos do humor afetivo englobam condições caracterizadas por alterações persistentes e disfuncionais no estado emocional, incluindo depressão maior, episódios maníacos e transtornos bipolar. Essas condições podem se manifestar por ir-

ritabilidade, tristeza intensa, labilidade emocional e comprometimento do funcional do indivíduo.

Gráfico 13.5 Diagnósticos das Internações Psiquiátricas Pediátricas 2020-2024 no RS



O transtorno bipolar na infância se manifesta por episódios alternados de euforia e irritabilidade, intercalados com períodos de humor deprimido, frequentemente confundidos com outros transtornos comportamentais, o que dificulta o diagnóstico precoce. A literatura nacional destaca a importância da detecção e do acompanhamento multidisciplinar desde os primeiros sinais, envolvendo profissionais de saúde, escola e família, a fim de reduzir os impactos sobre o desenvolvimento emocional, social e escolar da criança (PALMA, 2023; KLEIN & LIMA, 2022).

Estudos recentes indicam que a prevalência desses transtornos tende a aumentar com a idade, sendo mais frequente em meninas, possivelmente devido a fatores biológicos, psicossociais e de exposição a estressores ambientais (DE ARAÚJO SABINO *et al.*, 2025), o que vem ao encontro dos resultados encontrados nesta pesquisa. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias e medidas que possam contribuir para a redução das internações psiquiátricas.

No tocante ao caráter do atendimento, observou-se predominância de internações de urgência (89%), em comparação às de caráter eletivo (11%), o que reforça o padrão já descrito na literatura de busca por cuidados apenas em situações de crise aguda que, na maioria das vezes, resultam em internação. Esse achado está em consonância com estudos internacionais que indicam que uma parcela significativa de crianças e adolescentes com necessidade de assistência psiquiátrica não recebe acompanhamento contínuo, buscando atendimento apenas em fases agudas da doença (FOREMNIK *et al.*, 2025). Tal cenário evidencia lacunas na prevenção e na atenção territorial à saúde mental infantojuvenil, reforçando a importância de fortalecer os serviços comunitários e o acompanhamento longitudinal no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial.

CONCLUSÃO

Com este estudo pode-se concluir que o tema tem muita relevância para a área da saúde, porém pouco se escreve sobre transtornos psiquiátricos na infância, dado as dificuldades de encontrar artigos que relacionem tal faixa etária ao tema abordado.

Entender o contexto das internações psiquiátricas infantis e correlaciona-las com faixa etária, sexo e tipo de transtornos é de suma importância para que possamos ter um melhor entendimento sobre a assistência prestada, com o objetivo de qualificar o atendimento à essa população específica, a qual segue aumentando devido a todos os fatores mencionados ao longo do estudo. Observou-se que apesar de ainda pouco discutido, o assunto vem sendo cada vez mais explanado pela mídia para a sociedade, com o intuito de alertar pais e responsáveis na observação e profissionais na detecção de fatores de risco, bem como de sinais e sintomas de transtornos psiquiátricos infantis. Para tanto essa pauta deve ser cada vez mais discutida entre alunos da graduação em Medicina e outros profissionais da saúde, a fim de uma melhor abordagem e tratamento às crianças e adolescentes que sofrem de algum transtorno mental, para que estas, assim como suas famílias, possam ser tratadas com dignidade e resolutividade. O conhecimento é a maior arma a favor dessas crianças e deve ser levado em consideração pelas políticas públicas, com a finalidade de inclusão e finalmente a diminuição da taxa de internações.

A análise do perfil das internações psiquiátricas em crianças de 1 a 14 anos no Brasil com ênfase no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2020 e 2024, evidencia um cenário de complexidade crescente na organização da atenção à saúde mental infantojuvenil. Os resultados apontam para um aumento expressivo das

internações psiquiátricas nessa faixa etária, associado a fatores estruturais e contextuais, como os impactos psicossociais da pandemia de COVID-19, o agravamento das desigualdades socioeconômicas e as limitações dos serviços comunitários especializados.

No contexto nacional, observou-se a concentração das internações nas regiões Sul e Sudeste, reflexo da maior disponibilidade de leitos e da capacidade ampliada de notificação. Contudo, essa predominância também revela desigualdades regionais marcantes, uma vez que as regiões Norte e Nordeste apresentam menores índices de internação, não necessariamente correspondentes a menor prevalência de transtornos, mas a dificuldade de acesso e subnotificação.

O Rio Grande do Sul destacou-se como o estado com o maior número de internações psiquiátricas infantis da Região Sul, majoritariamente na faixa etária de 10 a 14 anos e em municípios de médio e grande porte, especialmente na Região Metropolitana de Porto Alegre. Essa concentração territorial reforça a necessidade de ampliar a regionalização da atenção em saúde mental e fortalecer as redes de serviços no interior do estado, de modo a garantir acesso equitativo e cuidado contínuo.

Nesse ínterim, o predomínio de internações por transtornos de humor afetivo e o caráter majoritariamente emergencial dos atendimentos evidenciam lacunas importantes na detecção precoce e no acompanhamento longitudinal dos casos. Esses achados sugerem a fragilidade dos mecanismos de cuidado preventivo, de assistência social e de integração entre os níveis de atenção e da articulação entre os setores de saúde.

Por fim, conclui-se que, embora os avanços trazidos pela Reforma Psiquiátrica e pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) tenham promovido mudanças significativas no modelo de cuidado em saúde mental, ainda há necessidade de investimentos consistentes na ampliação dos CAPSi e na consolidação de estratégias intersectoriais que promovam o cuidado integral e humanizado da criança e do adolescente. Os resultados obtidos reafirmam que a infância deve ser compreendida como etapa prioritária nas políticas públicas de saúde mental. A implementação de ações voltadas à prevenção, ao diagnóstico precoce e ao fortalecimento das redes de apoio familiar e comunitário é fundamental para reduzir as internações e promover o desenvolvimento saudável das novas gerações, contribuindo para um sistema de atenção psicossocial mais equitativo, resolutivo e sustentável a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P & NUNES, M.O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067–2074, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5-TR*. 5. ed. texto revisado. Arlington: American Psychiatric Association, 2022.

BMS IFMSA BRAZIL. Perfil das internações de crianças e adolescentes por transtornos mentais e comportamentais no Brasil entre 2018 e 2022. *Brazilian Medical Students Journal*, 2023. Disponível em: <https://bms.ifmsabrazil.org/bms/article/view/973>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Mental: Relatório de Gestão 2019*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 7 out. 2025.

DE ARAÚJO SABINO, S. *et al.* Internações por transtornos mentais e comportamentais em crianças e adolescentes no Brasil: uma análise epidemiológica. *Brazilian Medical Students*, v. 10, n. 14, 2025. <https://doi.org/10.53843/bms.v10i14.973>.

FOREMNIK K *et al.* Efficacy of home-based and inpatient treatment for children and adolescents in psychiatric crisis: A systematic review protocol. *PLoS ONE*, v. 20, n. 3, p. e03187922025. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0318792>

KLEIN, T. & LIMA, R.C. A difusão do diagnóstico de transtorno bipolar infantil: controvérsias e problemas atuais. *Revista Desidades*, n. 16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/desidades.2022.65994>

LOPES, C. S. *et al.* ERICA: prevalência de transtornos mentais comuns em adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 50, supl. 1, p. 1–9, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S01518-8787.2016050006690>

MACEDO, J.P. Desafios da regionalização da assistência em saúde mental no Brasil: uma análise crítica. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/80421>. Acesso em: 11 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Adolescent mental health*. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>. Acesso em: 7 out. 2025.

PALMA, S.M.M. Transtorno bipolar da infância e adolescência. Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos (ABRATA), 2023. Disponível em: <https://www.abrata.org.br/transtorno-bipolar-da-infancia-e-adolescencia/>. Acesso em: 19 out. 2025.

SBP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Hospitalização de adolescentes por transtornos mentais aumenta e preocupa pediatras. 2022. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/hospitalizacao-de-adolescentes-por-transtornos-mentais-aumenta-e-preocupa-pediatras/>. Acesso em: 18 out. 2025.